

BOLETIM 299

Brasília, 20 de fevereiro de 2017

CONTRICOM, na rodoviária de Brasília, leva mensagem do FST contra as ameaças à CLT e à Previdência Social

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário – CONTRICOM, em um trabalho coordenado diretamente pelo seu presidente, Francisco Chagas Costa – Mazinho, amanheceu hoje (20), logo às 6 horas, na rodoviária de Brasília, centro da Capital Federal, para distribuição do folheto do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), do qual a Confederação faz parte, que denuncia as ameaças de retrocesso na legislação trabalhista (Reforma Trabalhista) e na Previdência Social (Reforma da Previdência).

Participaram da atividade, além de Mazinho, o secretário geral da entidade, Miraldo Vieira da Silva; o dirigente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília (STICMB), Ademair Fernandes Almeida (também integrante do Conselho de Representantes da CONTRICOM); as funcionárias Danielly e Aiala; e o assessor Marco Antônio Campanella.

Foram distribuídos milhares de folhetos aos trabalhadores que chegam à rodoviária de Brasília todos os dias pela manhã. O documento do FST, apoiado pela CONTRICOM, denuncia as falsas “reformas” trabalhista e previdenciária e esclarece



Mazinho (1º à direita) coordena os trabalhos de distribuição do folheto do FST na rodoviária de Brasília. Ao centro, o secretário geral, Miraldo Vieira

AS FALSAS "REFORMAS" PROPOSTAS PELO GOVERNO

"REFORMA" DA PREVIDÊNCIA

Dizem que há "rombo" na previdência. Se há, não foram os trabalhadores que causaram.

ISSO O GOVERNO NÃO TE MOSTRA

DESPESAS	RECEITAS
Benefícios Previdenciários: R\$ 436 BI	Contribuição Previdenciária: R\$ 352,6 BI
Benefícios Aposentadorias: R\$ 41,8 BI	Cofins: R\$ 200,9 BI
Bônus Família e Outros: R\$ 26,9 BI	CSLQ: R\$ 59,7 BI
Saúde: R\$ 102,2 BI	PSR/INSSP: R\$ 53 BI
Benefícios FAT: R\$ 48,2 BI	Estaduais de Seguridade: R\$ 20 BI
Quinta Degradação: R\$ 27,5 BI	Outras Contribuições: R\$ 7,8 BI
SOMA DAS DESPESAS: R\$ 722,6 BI	SOMA DAS RECEITAS: R\$ 484 BI
SALDO: R\$ +11 BILHÕES	

"REFORMA" TRABALHISTA **PARCE BOM? MAS É BOMBA!**

Milhares de folhetos do FST, com apoio da CONTRICOM, foram distribuídos aos trabalhadores de Brasília denunciando as “falsas reformas” do governo para a legislação trabalhista e a Previdência Social



Ademar, do STICMB (1º à esquerda), também participou da atividade da CONTRICOM



Milhares de folhetos foram distribuídos na região central de Brasília

as “verdades e as mentiras” sobre as duas propostas governamentais que foram encaminhadas ao Congresso Nacional, cujo objetivo é subtrair direitos e conquistas trabalhistas e sociais.

O presidente Mazinho informou que, além desse trabalho de rua desenvolvido diretamente pela entidade, milhares de folhetos estão sendo encaminhados às Federações filiadas à CONTRICOM para desenvolverem esse mesmo trabalho, inclusive junto aos sindicatos, de modo a ampliar as denúncias sobre essas ameaças e buscar sensibilizar os parlamentares para rejeitarem as duas “reformas”.

Mazinho avaliou que “foi grande a recepção por parte dos trabalhadores que receberam o material e do FST e da CONTRICOM, o que demonstra que o povo, principalmente os trabalhadores, não aceitam essas medidas e querem, nesse momento, que o governo trabalhe prioritariamente na recuperação da economia e dos empregos”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Comissão da reforma da Previdência debaterá regime geral nesta terça

A Comissão Especial da Reforma da Previdência debaterá nesta terça-feira (21) o Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Este regime possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Entre os contribuintes, encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e trabalhadores rurais.

Os deputados discutirão os seguintes subtemas: Alteração do número mínimo de contribuições; informalidade e incentivo à contribuição; Fixação de idade mínima; Alteração da fórmula de cálculo das aposentadorias; e Regras de transição.



A comissão especial analisa a PEC 287/16, que altera regras em relação à idade mínima e ao tempo de contribuição para se aposentar, à acumulação de aposentadorias e pensões, à forma de cálculo dos benefícios, entre outros pontos.

Convidados - Foram convidados para discutir o RGPS o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah; o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo; o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos; o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antonio Fernandes dos Santos Neto; o representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rogério Nagamine; o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Clemente Ganz Lúcio; e o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo de Melo Gadelha.

A audiência ocorrerá no plenário 2, a partir das 14 horas.

Fonte: Agência Câmara

Reforma trabalhista: comissão discute direito coletivo de trabalho

A Comissão Especial da Reforma Trabalhista (PL 6787/16) volta a se reunir nesta terça-feira (21) para tentar cumprir o cronograma de aprovação da proposta neste semestre.

Para o relator do projeto, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), é preciso organizar o cronograma porque há mais de 90 pedidos de

audiências formulados por deputados, e ele mesmo quer ouvir muitos setores.

"Vamos propor um calendário de reuniões ao longo de março e princípio de abril. Eu certamente terei que primeiro ouvir todo mundo, as centrais sindicais, as centrais ligadas aos empresários, os órgãos técnicos que têm interesse em contribuir para o debate", afirmou.

Na terça-feira, os deputados vão discutir o Direito Coletivo do Trabalho, que trata da representação dos trabalhadores, organização sindical, e de direitos como greve.

Além de um representante do Tribunal Superior do Trabalho (TST), foram convidados o advogado José Eduardo Pastore, ligado à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e à Fiesp, e o procurador Renan Bernardi Kalil, que coordena a área sindical do Ministério Público do Trabalho.

A audiência está marcada para as 14h30, no plenário 2.

Fonte: Agência Câmara

Paim critica intenção de aprovar na Câmara projeto sobre terceirização

Em discurso em plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse estar preocupado com a intenção de parlamentares das duas Casas do Congresso de aprovar um projeto sobre a terceirização que tramita na Câmara dos Deputados. A proposta (PL 4.302/1998) já passou pela análise do Senado. Para Paim, seria até uma "malandragem" o fato de estarem querendo aprovar o projeto na Câmara, uma vez que ele



elaborou relatórios sobre cinco outros projetos que tratam do tema no Senado.

Paim disse que solicitou a tramitação conjunta dos projetos sobre terceirização em análise no Senado, mas, segundo ressaltou, a Mesa da Casa não autorizou esse procedimento. Ele afirmou que os relatórios estão todos prontos e são semelhantes: rejeitam o projeto ou aprovam com um texto substitutivo.

O senador criticou o que considera tentativa de retirá-lo da relatoria dos projetos depois de ter trabalhado nesse processo por um ano. Nesse período, Paim lembrou ter viajado para os 27 estados do país, debatendo a proposta sobre terceirização com os trabalhadores.

- Espero que haja grandeza nesse Parlamento. Querem me derrotar, derrotem no voto e não na malandragem. Agora, não venham com essa de dizer 'o Paim não é mais o relator'. Sou o relator porque trabalhei o ano todo. Vou vir à tribuna para ler o meu relatório queiram ou não queiram no momento em que essa matéria entrar em debate. Espero só que não votem aquela proposta que está lá na Câmara, porque até para o diabo teria problema, que ele não ia permitir que terceirizassem tudo – disse Paim.

Fonte: Agência Senado

Governo envia projeto para acabar com multa adicional de FGTS

O governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar para “eliminar

gradualmente” a multa adicional da contribuição social devida por empresas nos casos de demissão sem justa causa. A mensagem de envio foi publicada no Diário Oficial da União de sexta-feira (17/2).

A medida faz parte de um pacote anunciado pelo governo federal para estimular a economia. Em dezembro, foi anunciado que a multa de 10% de FGTS, devida a funcionários demitidos sem justa causa, seria extinta como parte desse conjunto de medidas.

O projeto altera a Lei Complementar 110/2001, que cria a multa adicional do FGTS e cria contribuições sociais. A multa, segundo o artigo 1º, equivale a 10% sobre tudo o que é devido, e deve ser depositado no Fundo de Garantia.

Fonte: Consultor Jurídico

OLHA AÍ ONDE ESTÁ PARTE DO ROMBO!!!

Empresas devem à Previdência quase três vezes o valor do déficit no INSS

Os devedores da Previdência Social acumulam uma dívida que é quase três vezes o valor do atual déficit no INSS.

São empresas públicas, privadas, fundações, governos de Estados e prefeituras que devem ao Regime Geral da Previdência Social mais de R\$ 426 bilhões. A informação é da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, responsável por fazer a cobrança dessas dívidas.



O valor é quase o triplo do deficit no INSS de 2016, que foi de cerca de R\$ 149 bilhões, segundo o governo.

O coordenador-geral da dívida ativa da União, Cristiano Lins de Moraes, explicou que essa dívida vem sendo formada desde a década de 1960 e que alguns casos envolvem fraudes.

Entre os maiores devedores da Previdência, há empresas que já fecharam, como as antigas companhias aéreas Varig e Vasp e a TV Manchete. Somente essas empresas devem ao INSS cerca de R\$ 5,5 bilhões.

A lista também conta com diversos bancos públicos e privados, como Bradesco, Itaú, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, todos com dívidas milionárias.

Grandes empresas também constam entre os devedores do INSS, como a mineradora Vale e a JBS, da Friboi, que sozinha acumula mais de R\$ 1,8 bilhão em dívidas, a segunda maior da lista.

Governos de Estado de todas regiões do país e prefeituras de várias cidades também devem centenas de milhões de reais para a Previdência.

A Caixa Econômica Federal informou, por assessoria, que paga corretamente e sem atraso todas as contribuições previdenciárias, mas

questiona cobranças feitas por processos judiciais movidos por empregados. E que, como é uma das maiores empresas do Brasil, tem muitos empregados que entram na Justiça cobrando recursos que o banco entende não dever.

A empresa JBS disse, em nota, que já se propôs pagar as dívidas com créditos que acumula na Receita Federal, mas afirma que a ineficiência no sistema de cobrança impede que a troca ocorra, o que tem gerado multa, também contestada pela empresa.

Já a Mineradora Vale diz que tem disputas na Justiça sobre questões previdenciárias e acredita que tem chances de vencer as discussões e, como os processos ainda estão em andamento, tem atestado de regularidade fiscal.

As outras empresas citadas não responderam a reportagem até o fechamento da matéria.

A Procuradoria-geral da Fazenda Nacional tenta recuperar parte deste dinheiro na Justiça. No ano passado, foi recuperado mais de R\$ 4,5 bilhões, valor 11% superior ao que foi recuperado em 2015.

O déficit da previdência social é um dos argumentos do governo para fazer a reforma da Previdência que está em análise na Câmara dos Deputados. Mas, o déficit da previdência vem sendo questionado por entidades de trabalhadores.

A proposta de reforma da Previdência amplia o tempo de contribuição dos trabalhadores para se aposentar e coloca uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres acessarem o benefício.

Fonte: Portal EBC



Ministro do STF quer explicação sobre mudanças

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello (**foto**), deu prazo de dez dias para o Presidente Michel Temer explicar se houve estudo prévio sobre as mudanças na regra de aposentadoria.

Na decisão, o ministro pede informações sobre a PEC da Reforma Previdenciária ao Presidente Michel Temer, ao Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e ainda aos deputados Presidentes das Comissões por onde passa a Reforma.

Celso de Mello dá um prazo de 10 dias para que os citados se manifestem.

O pedido do ministro do Supremo responde a uma ação movida pela oposição contra as mudanças na Previdência Social.

28 deputados federais contrários à Reforma pedem a anulação dos atos que levaram à tramitação da PEC na Câmara. A oposição alega que o governo não apresentou estudos sobre o impacto da Reforma no futuro, e também reclamam que o Conselho Nacional da Previdência Social não foi consultado sobre o tema.

A Reforma da Previdência, em tramitação na Câmara, prevê um aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos, além de 49 anos de

contribuição para ter acesso ao valor integral do benefício, como também coloca 65 anos de idade mínima tanto para homens como mulheres, e mesma regra para trabalhadores urbanos e rurais.

Fonte: Portal EBC

Centrais apresentarão contribuições até março

O Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e representantes das centrais sindicais se reuniram nesta quinta-feira (16) para tratar sobre a modernização das leis trabalhistas. Ficou decidido que as centrais sindicais que fazem parte do Grupo de Trabalho apresentarão ao Ministério contribuições para o projeto até março.

Nogueira destacou a importância da participação das centrais. “Juntos podemos construir uma nova realidade sobre empregos no Brasil. Reitero a importância e a necessidade da participação dos técnicos das centrais que representam os trabalhadores brasileiros”.

A reunião contou com a participação do deputado Rogério Marinho, relator do projeto de lei da proposta de modernização na Comissão Especial da Câmara Federal.

Fonte: MT

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)